



SÉRIE INTERNACIONAL DE WEBINARS SOBRE POLÍTICAS DE CONTEÚDO LOCAL

Experiências de Implementação de Políticas de Conteúdo Local em Mercados Emergentes em Hidrocarbonetos

A monetização de gás natural é intensivo em capital e leva muito tempo para que as receitas possam chegar para financiar o desenvolvimento socioeconómico. Neste sentido, as políticas de conteúdo local são a primeira oportunidade para os países emergentes em hidrocarbonetos registarem algum crescimento económico através do incentivo à produção local para o fornecimento à indústria, criação de emprego para jovens e geração de impostos associados.

A construção de ligações entre o sector extractivo e outros ramos da economia é outra vantagem resultante da política de conteúdo local. Esta é uma questão estruturante e importante para um crescimento económico inclusivo e desenvolvimento sustentável - que raramente tem sido o padrão que caracteriza os países abundantes em recursos naturais, tal como é o caso de Moçambique.

Com a monetização do gás natural a levar o seu tempo (mesmo antes dos impactos da Covid-19) e a enfrentar uma insurgência militar em Cabo Delgado - o Eldorado do País, esperava-se que Moçambique desse passos acelerados para a aprovação e efectiva implementação da política de conteúdo local.

Mas o Governo engavetou a Proposta de Lei de Conteúdo Local, aprovada em Agosto de 2019, pelo Conselho Económico, restando apenas a sua análise, revisão e aprovação pelo Conselho de Ministros, de modo que seja encaminhada à Assembleia da República.

Conhecida a importância desta lei para o contexto moçambicano, não há dúvidas de que o Governo está a ser pressionado por interesses muito bem identificados para não avançar com a política. Esta situação tem impacto no desenvolvimento do empresariado nacional que seria decisivo na criação de emprego para jovens.

As multinacionais envolvidas nos projectos de gás em Moçambique têm um discurso politicamente correcto no que se refere ao

conteúdo local, embora a realidade mostre que as mesmas têm estado a pressionar o Governo para não avançar com a proposta de lei para a Assembleia da República. O objectivo das multinacionais é de salvaguardar os seus interesses na contratação de bens, serviços e mão-de-obra, para além de escamparem à obrigatoriedade de alienar as suas acções para o empresariado nacional.

É dentro deste contexto que o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) pretende influenciar este processo, trazendo ao debate público experiências de países emergentes em hidrocarbonetos para perceber como conduziram os seus processos de produção, auscultação pública e aprovação das suas leis de conteúdo local. Mais importante ainda é perceber como é que esses países estão a implementar as suas políticas de conteúdo local e como é que isso se está a reflectir no processo de desenvolvimento do sector privado, em particular e das suas economias, no geral.

A série internacional de webinars sobre Políticas de Conteúdo Local irá partilhar as experiências de Angola, Gana, Nigéria, Senegal, Botswana, Trinidad e Tobago, Suriname, Timor-Leste, Quénia, Tanzania e Uganda. Com enfoque na experiência do Gana, o primeiro webinar será realizado na quinta-feira, dia 29 de Outubro, com início às 14H30 e término às 16H00 (hora de Maputo). A oradora desta sessão inaugural será a Sra. Pauline Anaman, analista sénior de Políticas - Africa Centre for Energy Policy (ACEP) do Gana.

Em todos webinars teremos como discussant o Prof. Vasco Nhabinde, em representação do Ministério da Economia e Finanças. O CDD, na qualidade de membro da Plataforma da Indústria Extractiva, representado pelo Prof. Adriano Nuvunga, é a organização promotora desta série de webinars.

Maputo, 28 de Outubro de 2020